

Boaventura de Sousa Santos

“Vamos entrar num período de pandemia intermitente”

Mudança Com a chegada do novo coronavírus, o sociólogo tem estado recolhido numa aldeia a 30 quilómetros de Coimbra, mas mantém uma ativa participação pública. Dá palestras online, escreve livros e acredita que não se voltará ao mesmo modelo de organização económica, política e social

Camilo Soldado

Como tem passado durante a pandemia?

Trabalhando muito. Sou daqueles privilegiados que podem estar em teletrabalho. É preciso aproveitar bem o tempo. Normalmente sou muito solicitado para viagens, para fazer palestras. Agora descobriram uma forma muito fácil e muito barata de ter as minhas palestras, que é fazer por Zoom. Tenho todas as tardes tomadas. Fora isso, as coisas estão bem.

Mais fácil, mais barata, mas também mais ecológica.

Sim, mas não tem graça. Vejo isso com muita preocupação, que caminhemos para uma sociedade virtual. Dado o meu perfil intelectual, trabalho muito tanto com as universidades como com organizações e movimentos sociais e tenho muita dificuldade em fazer isto com alguém que eu nunca tenha abraçado, nunca tenha visto presencialmente. Há aqui uma dimensão metalógica, que é fundamental para criar confiança.

Está numa aldeia perto de Coimbra. Subscorre aquela ideia de que esta pandemia é oportunidade para o interior?

Precisamos de repensar as relações entre a cidade e o campo. Vivemos numa polarização entre cidade e campo e precisamos de ir para um outro paradigma, até porque se pensou que o movimento do campo para a cidade era um movimen-

to de progresso. Isso fez com que em Portugal, que é já uma fita pequena de terra muito pequena, a maioria da população esteja numa faixa de terra que não tem mais de 50 quilómetros, entre a costa e o interior. O comércio de proximidade tem muito mais força nas aldeias e nas pequenas vilas do que nas grandes cidades, onde muita gente se virou para esse comércio. De certo modo, é muito mais seguro, mesmo em termos sanitários: tem menos gente, é mais fácil de controlar e é também aquele que reabilita a nossa agricultura familiar. Por exemplo, aqui, a 30 quilómetros de Coimbra, dei-me conta de que há uma produção notável de produtos agrícolas de alta qualidade que nunca chega às grandes superfícies, que preferem os grandes agricultores, que nem sempre são portugueses. Encontro aqui produções que vão para o estrangeiro, para nichos de uma classe média, muito preocupada ecologicamente, mas que agora vão também para estes mercados locais. É uma prova da pujança do campo. Por outro lado, esta pandemia mostrou que temos que ter soberania alimentar. Isto é tão importante que eu penso que o movimento das hortas urbanas, que começou a surgir em Portugal recentemente, apesar de já ter alguns anos, vai ter um novo impulso.

Várias esferas da vida, como trabalho, lazer, convivência, foram profundamente alteradas. Escreve isso mesmo

no seu texto A Cruel Pedagogia do Vírus. A retoma dessas esferas da vida está muito dependente da vacina. Haverá um ponto de saturação?

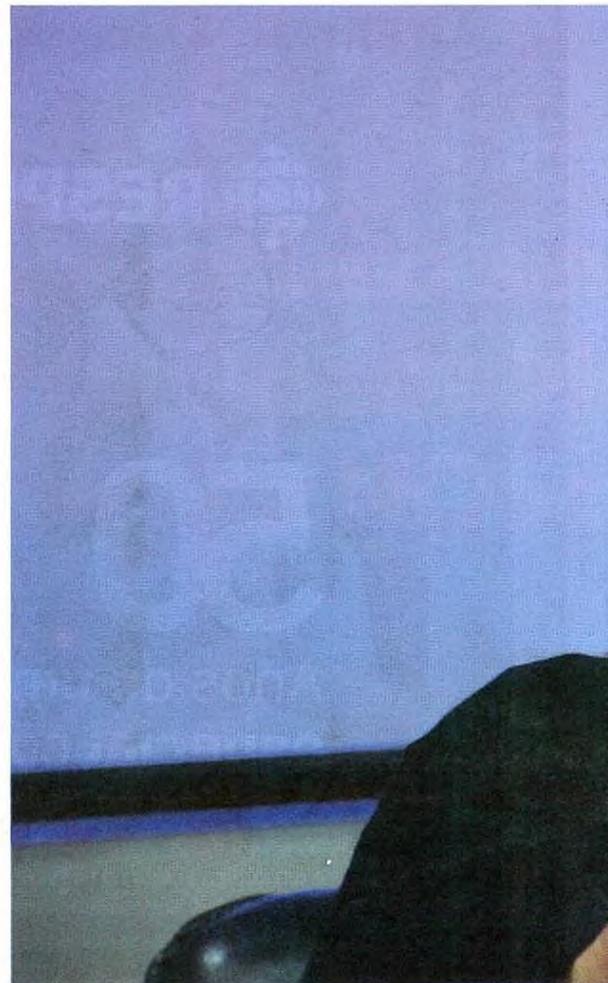
Esta crise pandémica mostra a grande maleabilidade do ser humano. Durante 40 anos fomos um pouco bombardeados com a ideia de que não há nenhuma alternativa às nossas formas de sociabilidade, como nos transportamos, como trabalhamos e o tempo que dedicamos à família. De repente, uma pandemia obrigou-nos a mudar de hábitos. Mas a saturação também existe e tem de ser muito bem gerida. Não é por acaso que os governantes têm vindo a salientar, com muita força, que não se volta a um confinamento total.

Há condições para um novo confinamento?

Não. Se as coisas se agravarem, obviamente que essa é a bomba atómica da sociabilidade que os governos têm de acionar. Os governos tudo farão para evitar o confinamento total, à espera de equilibrar a intensidade da pandemia do novo coronavírus com a eventual perda de letalidade e jogar também com a possibilidade de que a vacina surja no horizonte. Nesse caso, mesmo que seja necessário um confinamento duro, ele tem um horizonte temporal.

É preciso ter um horizonte de esperança.

É. Depois é difícil perceber se volta tudo ao mesmo. Não acredito que, em muitos aspetos, se

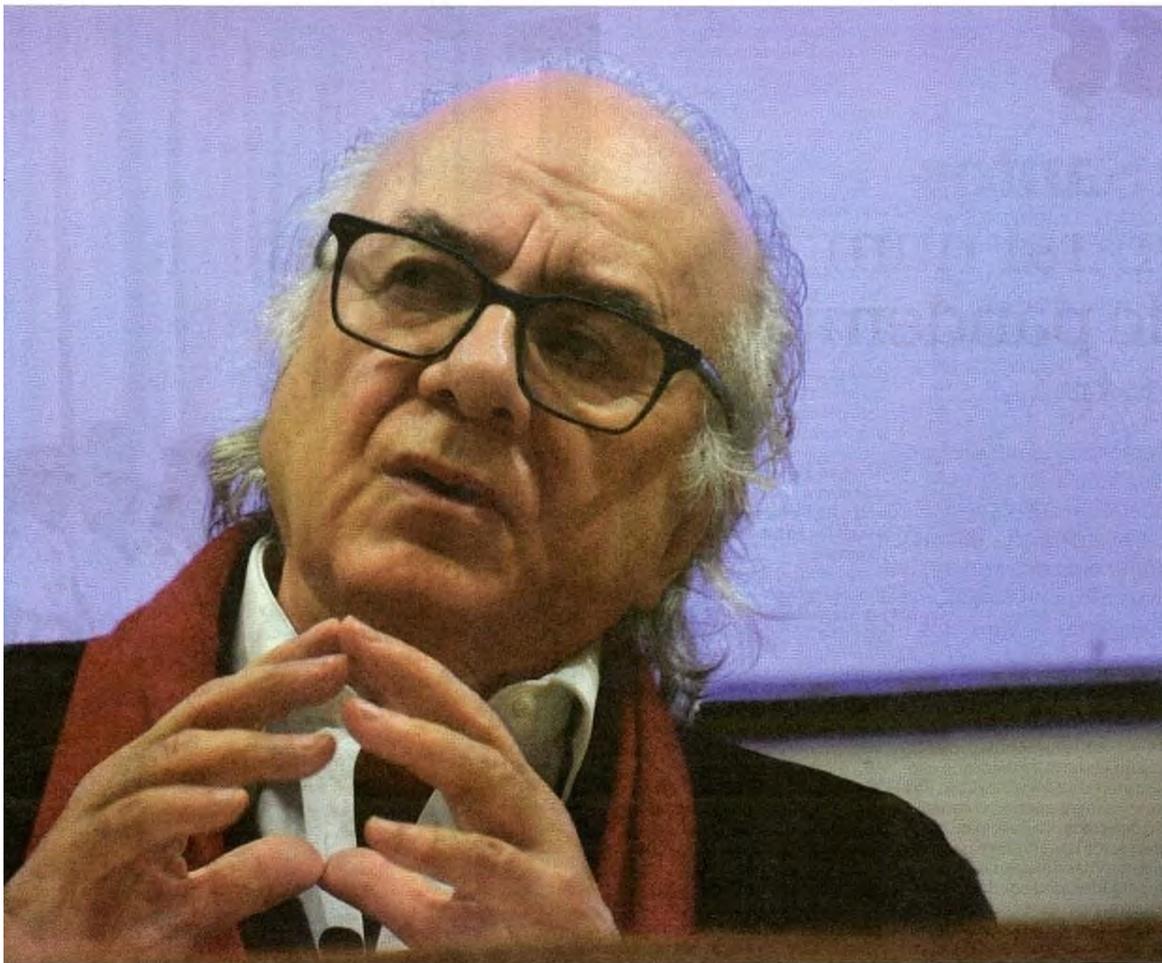


Tem de haver maior distribuição da riqueza, não há outra hipótese. Temos que avançar para formas de rendimento mínimo universal, temos que ter uma nova política de saúde pública, de educação e de habitação”

possa voltar ao mesmo na organização económica, política e social da sociedade.

Estando também atento às questões do Direito, como vê a adoção de regimes de exceção em Portugal, como o Estado de Emergência. É justificado?

É. No meu próximo livro, que se chama O Futuro Começa Agora - Da Pandemia à Utopia, do qual A Cruel Pedagogia do Vírus foi apenas o sumário, venho mostrar que houve uma grande diversidade no modo como os estados acionaram medidas de emergência. Houve estados que o fizeram reduzindo as medidas de emergência àquilo que era estritamente necessário para garantir a proteção da vida, impedindo qualquer intromissão excessiva na privacidade. Eu chamo a isso estado de exceção democrático, que é quando as medidas têm um horizonte temporal limitado. Portugal, Itália



PERFIL

A chegar aos 80 anos, Boaventura de Sousa Santos é um dos mais destacados intelectuais portugueses. É professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra (UC), cidade onde nasceu e na qual, até à pandemia, passava metade do ano. A outra metade era passada em Madison, a capital do Estado do Wisconsin, nos Estados Unidos, onde é distinguished legal scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. É doutorado em sociologia do direito pela Universidade de Yale (1973), tendo ajudado a fundar, na mesma década, o Centro de Estudos Sociais da UC (1978), instituição que também dirigiu. Mais recentemente, coordenou o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

Mantém um olhar atento sobre a América Latina, onde se envolveu no lançamento do Fórum Social Mundial (em Porto Alegre, Brasil, 2001), mas também na composição das constituições do Equador e Bolívia. Participou em várias lutas de cidadania em Coimbra, mas perdeu-as todas

lia, França, Espanha, Argentina e África do Sul são países que estudei e nos quais me parece que as medidas ficaram dentro do marco democrático. Houve outros estados que usaram esta emergência pandémica para arrogar-se poderes de intromissão na privacidade dos cidadãos sem nenhuma condição temporal, o que significou uma concentração de poder e o aumento do autoritarismo. Na Europa, é esse o caso de alguns dos países do Leste, como a Hungria, a Albânia, e alguns estados dos Balcãs. O mesmo aconteceu no Azerbaijão e na Nigéria. Depois há situações em que há concentração de poder sem respaldo constitucional, mas sem declarações de emergência, como são os casos do Brasil, do Reino Unido ou Estados Unidos, onde também vimos uma perturbação completa nas formas de governo e uma grande ineficácia. São estados não declarados de

exceção que, em muitos casos, perderam democracia. Houve uma grande perda de democracia no Reino Unido, na Colômbia, nos Estados Unidos, no Brasil e na Índia.

Não foi o caso português.

Não. Estes tiveram três características: começaram por negar a gravidade; a segunda foi pôr a economia acima da vida; em terceiro lugar, encontraram bodes expiatórios. Nos Estados Unidos o vírus é chinês ou a culpa é da OMS; na Índia, são os muçulmanos que propagam o vírus; no Brasil, eram os governadores que eram opostos ao Bolsonaro. Estes são os governos que tinham um recorte de política de direita. Na pandemia, a direita e a extrema-direita saem-se muito mal em termos de proteção da vida, quase sem exceção.

Falou em três países que acompanha de uma forma próxima: Estados Unidos,

Brasil e Colômbia. A situação nesses países preocupa-o?

Sim. Os Estados Unidos estão à beira de uma guerra civil.

É assim tão grave?

Temos que distinguir entre a retórica e as práticas, mas nunca vi cartas publicadas por vários generais que foram comandantes supremos das forças armadas dos Estados Unidos, dirigindo-se ao atual chefe militar que preside às forças armadas, dizendo-lhe que ele tem a obrigação de retirar da Casa Branca - à força, se necessário - um presidente que se rebelou contra a lei. Há 35 anos que passo metade do ano nos Estados Unidos e nunca tinha ouvido isto. Há também a questão de supressão de voto, que é uma situação de limite da democracia. A Colômbia é um caso diferente. Sou membro do Conselho Assessor da Comissão da Verdade da Colômbia e estamos preocupados não só com

o assassinato de líderes sociais, um terço dos quais são indígenas ou negros, como de ex-combatentes das FARC. E além das sete bases norte americanas, ninguém sabe qual é a missão de um grupo novo de militares. O pretexto é sempre a luta contra a droga, mas, quem conhece isto por dentro, suspeita de que seja a preparação de alguma aventura de invasão à Venezuela com a colaboração do Brasil. Quanto ao Brasil, nunca tinha visto um alto funcionário dos EUA o secretário de Estado Mike Pompeo a visitar o país e nem sequer ir a Brasília. Vai a Boa Vista, em Roraima, que é o estado fronteiriço com a Venezuela. O que é que isto quer dizer? São estratégias de intimidação. No momento em que estiver em risco a eleição de Trump, esta será a última cartada: uma invasão da Venezuela. Os presidentes dos EUA, quando estão aflitos numa eleição, fazem uma inva-

são. É um país que se alimenta da guerra.

Em Portugal, tem vindo a apelar, em vários momentos, à união das esquerdas. Um deles foi o que se seguiu à crise financeira da década passada. Esse modelo pode ser útil para a recuperação que se segue?

Pode. Há agora mais razões para isso. Tive pena de que, quando começou esta legislatura não tenha havido uma solução política por escrito. Nessa altura não havia pandemia. O primeiro-ministro António Costa, que é um homem de visão política, teve a coragem de fazer declarações e sair fora da caixa logo no início, de que queria um entendimento à esquerda. Penso que é a única solução razoável porque não só evita uma crise política como uma crise social. Mas, para isso, estamos num momento crucial das negociações e, pelo conhecimento que tenho, ainda não se





desbloquearam alguns dos dosiers, mas há boas condições o fazer. Refiro-me às leis laborais. Temos o caso de Espanha, que já as mudou. Chegamos à conclusão de que trabalhador precário é aquele que está quase sempre à beira da fome. Em período de pandemia, tivemos uma classe média sem nenhuma rede de segurança, que cai em pobreza abrupta de um dia para o outro e que passa fome. Sobretudo na área cultural. Al sempre houve precariedade, mas também havia espetáculos. No momento em que deixa de haver, as pessoas têm que ir para o Banco Alimentar. Temos que encontrar formas que deem mais segurança aos trabalhadores. Precisamos de boas leis do trabalho e da valorização dos salários. Penso que isso está ao alcance, mas depende dos atores políticos.

Disse que há mais razões para uma solução à esquerda. Há também mais desgaste.

Aqueles que viveram já na idade adulta a entrada de Portugal na União Europeia sabem que esta é a segunda grande oportunidade criada por fundos que vêm da Europa para o desenvolvimento do país. Muito desse dinheiro foi perdido [nos anos 1980 e 1990]. Não há desgaste, mas sim uma sensação de que esta é a segunda oportunidade e que não pode ser perdida. Como os interesses que presidiram ao período anterior estão muito vivos dentro dos partidos principais, eles não vão abrir mão de mais uma oportunidade para eles. A confrontação vai ser esta: para que vai Portugal fazer as coisas? Para valorizar os portugueses pela formação, pela saúde, pelos bens públicos, pela ferrovia, por uma série de coisas que façam com que esta sociedade não seja construída a 30 quilómetros da fronteira, com o interior despovoado e a fornecer fundamentalmente serviços de turismo. A hotelaria e a restauração são serviços de copresença. Vamos entrar num período de pandemia intermitente. Mesmo que haja vacina, vai haver novos vírus. Está mostrado que a recorrência das pandemias está cada vez mais condicionada pelo aquecimento global. Portugal tem agora condições para reduzir a vulnerabilidade estrutural da economia do país.

Para haver acordos à esquerda quanto à utilização desses fundos, tem que haver pontes em questões de fundo. O acordo para a legislatura anterior tinha sido para recuperar direitos...

Em Portugal, apesar de termos



Em certos países destroem as estátuas. Em Portugal, basta uma pichagem e temos os noticiários cheios. Portugal está com a sensibilidade de extrema-direita à flor da pele. Daí que aqueles que a não querem devem ter muito cuidado”

Manter um equilíbrio na zona industrial é fundamental para essas cidades. Isso depois também anima a cultura. Não imaginávamos, há uns anos, o dinamismo cultural que Aveiro tem. Leiria também o tem”

um governo de centro-esquerda desde 2016, o comentário político é de direita e criou uma ideia de que há uma extrema-esquerda e uma extrema-direita e que é preciso controlar as duas.

Essa é uma ideia de equivalência nem sequer estou a estabelecer.

Fala-se muito do Bloco de Esquerda (BE) e pergunta-se como é que se pode fazer consensos com o PS se é contra a Europa. O BE não é contra a Europa. Pôs muitos problemas - como eu pus - mas essa discussão não está de maneira nenhuma em cima da mesa. Aliás, os membros do BE no Parlamento Europeu, como a Marisa Matias, têm sido excelentes. Aliás, também como a Ana Gomes. Têm sido duas mulheres absolutamente dedicadas à causa europeia e são de partidos diferentes. A questão estrutural da integração europeia está ultrapassada. Queremos estar na Europa. Agora, há uma esquerda à esquerda do PS e essa, no geral, quer que Portugal deixe de ser uma economia semiperiférica. Em 1986, o rendimento médio

dos portugueses era metade do rendimento médio europeu. Até 2000, subimos até 75%. Em 2000, veio a lógica neoliberal e o euro. Portugal não tinha condições de competir e estagnou. Só vejo estes fundos como uma hipótese de o país dar um salto histórico. Tem de haver maior distribuição da riqueza, não há outra hipótese. Temos que avançar para formas de rendimento mínimo universal, temos que ter uma nova política de saúde pública, de educação e de habitação e temos que dar todo o privilégio aos transportes públicos ferroviários, sobretudo, melhorando-os. Há uma série de oportunidades que não se devem perder. Os portugueses não iriam doar.

Não é só a questão europeia que está na base da diferença entre PS e esquerdas. Há a legislação laboral, por exemplo.

Sem dúvida. Também há diferenças no Novo Banco. Mas são inultrapassáveis? Não. Numa lógica de emergência em que nós estamos, os partidos estão disponíveis para fazer concessões. A ideia de uma certa pureza ideológica não pode estar nem no PS, nem no BE nem no PCP.

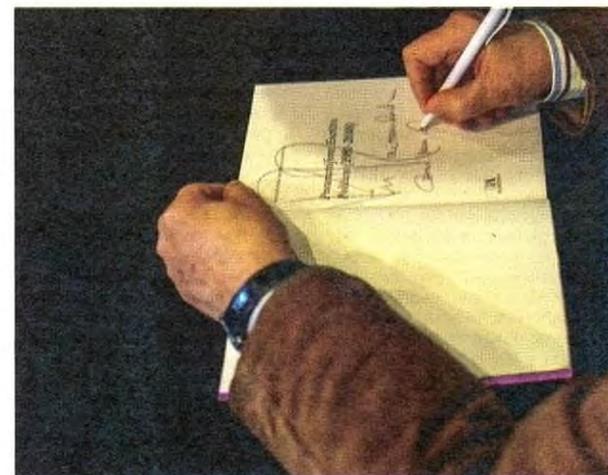
Só estava a referir o BE. O PCP entra na equação?

Entra. Para entendermos o PCP é preciso distinguir entre as declarações que faz e a capacidade que tem depois de viabilizar as coisas quando vê que é necessário, como aconteceu na primeira legislatura. É essa a nossa sorte. Os portugueses têm muita dificuldade em ver alguma coisa positiva em Portugal. Como fui sempre muito crítico da política portuguesa, fico satisfeito quando comparo internacionalmente com o comportamento das forças políticas em Portugal, em geral. Por exemplo, Espanha tem um ambiente de crispação muito grande que não vejo entre nós. Um dirigente como Pablo Iglesias, do Podemos, tem há meses à sua porta grupos de extrema-direita a insultá-lo a ele e aos filhos. Felizmente, em Portugal, não tivemos isso. Temo que, se o André Ventura tiver algum peso nestas próximas eleições, essa extrema-direita, no bojo do Chega, comece a ser mais agressiva em Portugal.

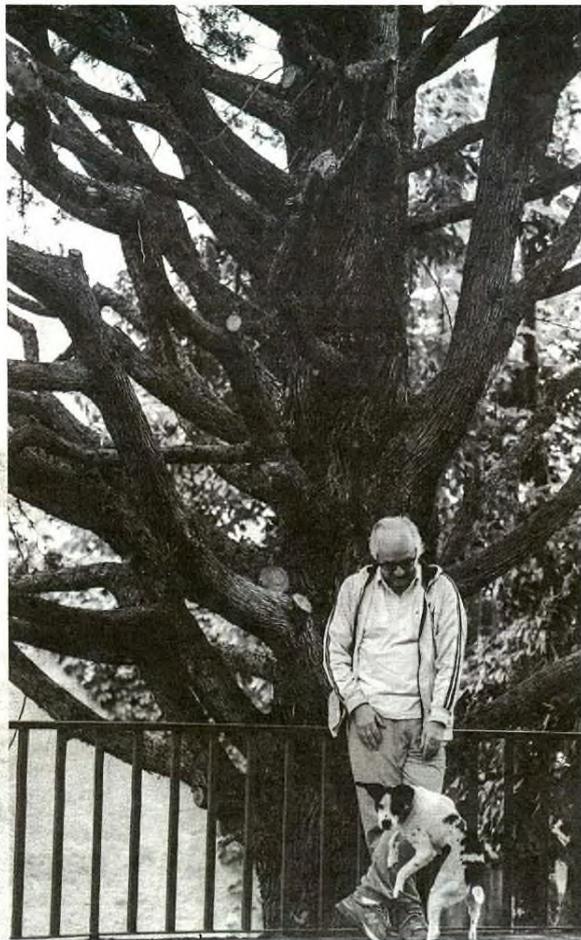
Caso essa solução de esquerda falhe, há sinais de que uma solução à direita pode incluir a extrema-direita.

Preocupa-me mas não vai ocorrer, no meu entender.

Não vai ocorrer esse bloco de direita ou o falhanço das



Desde março, Boaventura de Sousa Santos tem-se desdobrado entre conferências online e a escrita. Lançou o pequeno ensaio **A Cruel Pedagogia do Vírus**, que serviu de base para o livro mais extenso **O Futuro Começa Agora - Da Pandemia à Utopia**, que será publicado em breve



negociações à esquerda?

Tenho alguma razão fundada para pensar que as negociações não vão falhar. Vai ser difícil, mas não vão falhar. Em segundo lugar, penso que, se houver uma viabilização à direita, ela não incluiria a direita à direita, porque nenhum partido estará muito interessado em dar-lhe visibilidade. Já viu o resultado que isso tem nos diferentes países. A extrema-direita é boa a destruir, não a construir. Por isso tem que arregimentar as suas bases com fake news.

Esse não corre o risco de ser um wishful thinking (visão demasiado optimista)? No momento em que seja preciso viabilizar um governo, os partidos de direita não serão mais pragmáticos do que ideológicos?

Nas atuais condições é muito difícil de prever isso. Veja o caso de Espanha: nem sequer entre PP e Vox isso foi possível. As lideranças da extrema-direita na Europa são fracas, com exceção

das mais tradicionais, como a Marine Le Pen, por exemplo, que deve ser levada a sério. Muitos outros mostraram que não têm estaleca, como o Salvini. Causam dano, mas não têm estofos. Criam muita perturbação e capitalizam no descontentamento. Até agora, o Chega não foi capaz de o fazer. Basta ver como é que é capaz de fazer notícia através do discurso anti-cigano. Vão buscar a margem das margens de uma pequena minoria na sociedade portuguesa e transformam isso num fantasma. É uma estratégia típica da extrema-direita.

Que tem a sua eficácia...

Claro que tem, sobretudo num país que não se descolonizou. Temos um problema muito grave de racismo em Portugal, das contas do colonialismo que não foram feitas. França avança com devolução de objetos coloniais nos seus museus, nos seus institutos de ciência. Em certos países destroem as estátuas. Em Portugal, basta uma pichagem

e temos os noticiários cheios. Portugal está com a sensibilidade de extrema-direita à flor da pele. Daí que aqueles que a não querem devem ter muito cuidado. As articulações à esquerda têm toda a viabilidade mas, se fracassassem, haveria maneiras de a direita chegar a uma solução sem envolver estes sectores mais extremistas da direita.

Escreveu que teremos que imaginar soluções democráticas assentes na democracia participativa ao nível dos bairros e das comunidades. Como é que isso é possível em tempos de pandemia?

É difícil. Mas, em Portugal, já estávamos com uma dinâmica - tímida é certo - de políticas participativas ao nível dos municípios. A participação e as organizações comunitárias são úteis numa pandemia. A democracia participativa tem dois limites: não aguenta partidarização e não aceita corrupção. Se alguém participar em reuniões à noite para que uma certa obra seja feita e depois, naquela localidade, se descubra que o financiamento foi para os bolsos de um empreiteiro, uma pessoa nunca mais participa. A democracia participativa é crucial neste próximo período, em que vamos ter necessidade de informação fiável nas comunidades em situações de emergência. Essa emergência torna necessária a democracia participativa, mas também a torna mais difícil. Creio que vamos entrar numa situação de pandemia intermitente, em que haverá períodos de maior folga, nos quais se possa avançar com mais força nestas formas de democracia participativa, de maneira a que sejam acionáveis no momento em que sejam necessárias. Não sou contra a democracia representativa. Acho é que ela não se sabe defender dos antidemocratas como Trump, Bolsonaro, Ivan Duque (presidente da Colômbia) e Modi. A democracia não se defendeu deles, como a Alemanha não se defendeu do Hitler. Portanto temos que ter mecanismos que a reforce, que a complemente.

Olhando para um nível mais local, envolveu-se em várias lutas de cidadania em Coimbra e, como já disse em entrevista, perdeu-as todas. Já deu essa causa como perdida?

Já. No que diz respeito à minha participação, sim. Foi frustração atrás de frustração. Hoje, toda a gente apreciaria que tivéssemos elétricos em Coimbra, que tivéssemos o teatro Avenida, o único teatro de are-



“ Não sou contra a democracia representativa. Acho é que ela não se sabe defender dos antidemocratas como Trump, Bolsonaro, Ivan Duque (presidente da Colômbia) e Modi. A democracia não se defendeu deles, como a Alemanha não se defendeu do Hitler”

Durante a pandemia, a Universidade de Coimbra só apareceu nas notícias a propósito da praxe. Isto é a coisa mais retrógrada que se pode imaginar. A Universidade de Coimbra, hoje, é uma universidade de província”

na que tínhamos na cidade, que tivéssemos mais espaços verdes à volta da cidade e que as grandes superfícies estivessem um bocadinho mais longe para que o comércio da Baixa fosse protegido. Gostaria de ter uma baixa tão bem recuperada como a baixa de Guimarães, de Braga ou do Porto. Não está. Realmente, eu perdi todas as lutas e foi muito doloroso, tendo aquela aventura [a associação Pro Urbel] de não fazer disso um partido. Quem tinha poder achava que nós, que queríamos transformar a cidade, o que queríamos era ter a presidência da câmara. Nunca me passou pela cabeça ser presidente da câmara ou sequer ser reitor da Universidade de Coimbra. Durante a pandemia, a Universidade de Coimbra só apareceu nas notícias a propósito da praxe. Isto é a coisa mais retrógrada que se pode imaginar. A Universidade de Coimbra, hoje, é uma universidade de província.

Pela sua dimensão, cidades médias como Coimbra, Leiria

ou Aveiro, são terrenos que dificultam a participação cidadã? Ou, pelo contrário, depende mais dos atores de cada local?

Não há nenhum determinismo. Das cidades que mencionou agora, Coimbra perdeu grande parte do seu peso industrial, que é muito importante para o dinamismo. A Universidade de Aveiro está muito ligada às empresas da zona. Leiria e o politécnico estão muito ligados às indústrias da Marinha Grande e da região. Manter um equilíbrio na zona industrial é fundamental para essas cidades. Isso depois também anima a cultura. Não imaginávamos, há uns anos, o dinamismo cultural que Aveiro tem. Leiria também o tem. Aliás, quando estive a fazer um projeto de gravação de rap, quando a Joana Vasconcelos foi a nossa representante no festival de Veneza, com quem é que me organizei tecnicamente? Foi com um jovem empresário dos moldes de Leiria.

Hugo Ferreira?

Sim. Foi com ele que trabalhei, é um homem extraordinário. As cidades são assim, nunca se sabe. De um momento para o outro dão saltos. Há os serviços, o dinamismo da população, mas depende também das lideranças. E Leiria, durante muito tempo, foi presidida por uma antiga aluna minha. Coimbra também. Um do PS outra do PSD.

Isabel Damasceno, imagino eu. Exato. Foi minha aluna.

Combater a força gravitacional de Lisboa e Porto dependente de agentes locais ou de políticos do governo central?

Tem que haver uma complementaridade virtuosa, que é fundamental. As iniciativas locais são muito importantes, mas há coisas que só a nível nacional se pode definir. Equipamentos, por exemplo. Tem que haver essa complementaridade e não estou certo de que a descentralização que se vai fazer seja o melhor sistema. Devia haver um sistema que tivesse mais participação dos cidadãos. Essas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional estão a ser construídas em torno da posição dos autarcas.

São eles que vão passar a eleger os presidentes das CCDR.

Acredito que vai estar muito longe da proximidade dos cidadãos, que não o vão sentir como uma participação cidadã, de maneira nenhuma.